

# A CLASSE TRABALHADORA DIANTE DA TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

SÉRGIO PRIEB\*

## Introdução

O modo de produção capitalista encontra-se historicamente, em recorrente processo de transformação. A concorrência entre os capitalistas faz com que a luta pela diminuição dos custos de produção e pelo aumento das margens de lucro, seja o motor do desenvolvimento das forças produtivas.

Se na fase inicial do capitalismo, as máquinas eram movidas fundamentalmente por energia humana, com a introdução de novas fontes de energia, modificam-se radicalmente as formas de produção. O homem continuou assumindo papel indiscutível na produção de riqueza capitalista, mas foi transformado pela classe dominante, num apêndice da máquina durante o período de implantação da revolução industrial.

Uma nova fase de desenvolvimento técnico-científico tem ocorrido a partir do último quartel do século XX, com a introdução da informática, microeletrônica, robótica, cibernética, entre outros, que faz com que o processo de produção seja novamente modificado.

O resultado de todas estas metamorfoses operadas no mundo do trabalho parece apontar para a desqualificação e precarização do trabalho, juntamente com o aparecimento de um crescente exército de desempregados<sup>1</sup>. Na realidade, muitos trabalhadores tendem a ser cada vez mais obrigados a submeterem-se ao trabalho informal, à redução de salários, ou à perda de direitos trabalhistas com a chamada flexibilização implantada por patrões e governos que seguem o ideário neoliberal. Na verdade, a discussão a respeito da introdução de inovações tecnológicas e da problemática do futuro do trabalho, é um tema recorrente ao longo do tempo. Marx já no século XIX, havia delineado os perversos efeitos das inovações tecnológicas sobre a classe trabalhadora. É por seguir o referencial teórico a partir de Marx sobre a introdução da maquinaria, e a teoria do valor-trabalho, que procura-se fundamentalmente qualificar e questionar a tese do fim da centralidade do trabalho no capitalismo atual.

## As inovações tecnológicas e a tese do fim da centralidade do trabalho

No último quartel do século XX, as inovações técnico-científicas no capitalismo moderno amplificaram-se a passos rápidos. Observou-se, a cada momento, o desenvolvimento das forças produtivas com a introdução da robótica, microeletrônica, automação, entre outras, além de novas formas de organização produtiva e empresarial, implicando em sensíveis alterações tanto nos planos produtivo, de transportes, de comunicação, cultural etc <sup>2</sup>. O processo de inovação técnico-científico, bem como as novas formas de organização produtiva

---

\* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM, Doutor em Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

<sup>1</sup>Esta tese não é unânime, pois de forma contraditória tem gerado importância as hipóteses sobre o novo trabalhador e a exigência de qualificação (Reich, 1994).

<sup>2</sup>A problemática do desemprego extrapola a mera análise que parte do desenvolvimento das forças produtivas e de novas formas de gerenciamento, a ênfase é aqui estabelecida, devido aos autores que defendem a tese do fim da centralidade do trabalho, pautarem sua análise em cima daqueles fatores.

e empresarial, resultaram em conseqüências nefastas à maioria dos trabalhadores, pois terminaram aprofundando problemas inerentes ao modo de produção capitalista, como o desemprego de caráter estrutural. Com a obtenção do mesmo ou até de maior volume de produção, e com a diminuição dos gastos com capital variável, a lógica que norteia os capitalistas tende a ser a do crescente alijamento do trabalho vivo no processo de produção. Ao trabalho humano, passa a ser atribuído um papel secundário no processo de criação de riqueza capitalista, o que já era observado por Marx nos *Grundrisse*.

Junto com as incessantes inovações técnico-científicas, surgem novos paradigmas de gestão e produção, o que faz com que o taylorismo e fordismo sejam aos poucos superados pelo toyotismo, ao mesmo tempo, observa-se a implantação da chamada acumulação flexível<sup>3</sup>, que em alguns casos representaria um retorno às atividades de pequeno porte, subordinadas ao grande capital, que para Harvey (1998:177), seria representada pela chamada “terceira Itália”<sup>4</sup>.

Em meio a toda esta série de transformações no chamado “mundo do trabalho”, surgem nos últimos 30 anos, tanto no meio acadêmico como político, vários autores formulando teorias que orbitam em torno da problemática do trabalho e do futuro da classe trabalhadora no mundo moderno. Em sua grande maioria, estes autores vêem o trabalho, e em conseqüência, a classe trabalhadora, como fadados a desaparecer. De maneira geral, esta classe estaria sendo conduzida para o “museu das antigüidades ao lado da roca de fiar e do machado de bronze”, para utilizar uma famosa frase de Engels.

Entre os principais autores que tratam da problemática sob a ótica mencionada, destacam-se Schaff, Gorz, Aznar, Offe, Habermas, Rifkin, entre outros, que apesar de discordarem em inúmeros aspectos analíticos, visualizam, à sua maneira, o fim do trabalho, e em conseqüência, da classe trabalhadora nos tempos modernos. O presente objeto de trabalho pretende-se restringir à discussão das formulações teóricas de Adam Schaff e de André Gorz<sup>5</sup>. A opção pela ênfase sobre os dois autores deve-se ao fato de serem estudiosos de grande prestígio no mundo acadêmico, tendo sido considerados por um longo período, eminentes representantes do pensamento marxista, e que apesar de ainda na tualidade, utilizarem o referencial teórico marxista, ao adotarem a tese do fim da centralidade do trabalho, estariam em nosso entender, negando cada vez mais as teses originais do pensamento marxiano.

O resultado da tese do fim da centralidade do trabalho é a observação do surgimento de uma sociedade pós-industrial, em que o trabalho deixaria de ter pesos quantitativo e qualitativo atribuídos em outros tempos. Em conseqüência, se o trabalho não teria mais a importância que já teve na criação de riqueza capitalista no passado, não caberia na atualidade, à classe trabalhadora, reivindicar aquilo que lhe seria de direito: a propriedade dos meios de produção e a superação positiva do capitalismo por um novo modo de produção, calcado na propriedade social dos meios de produção, e do monopólio do poder político nas mãos da classe trabalhadora.

A obra do autor polonês Adam Schaff, *A Sociedade Informática*, traz uma análise do desenvolvimento das forças produtivas, a partir das conseqüências das chamadas duas revoluções técnico-industriais. A primeira estaria situada entre o final do século XVIII e o

---

<sup>3</sup> Piore e Sabel (1984) enfatizam como um dos principais fenômenos da sociedade pós-fordista, o renascimento de formas próximas ao artesanato, caracterizadas pela ênfase no controle humano sobre o processo de produção. Para melhor compreensão de diversas experiências de alternativas internacionais ao fordismo, ver Ferreira et alii (1991).

<sup>4</sup> A respeito de uma análise crítica a respeito da chamada “terceira Itália”, verificar em Kumar (1997: 52-55).

<sup>5</sup> A importância dos dois autores na discussão sobre a questão da centralidade do trabalho e do futuro da classe operária, pode ser verificada na reprodução de um debate promovido pela *Revista Internacional* com a presença de André Gorz, Adam Schaff, Ernst Wimmer e Rudolf Dressler, no Brasil publicado pelo jornal Voz da Unidade.

início do século XIX, e a segunda se verificaria nos tempos atuais. A diferença entre as duas revoluções técnico-científicas seria de que a atual, não conduz somente a uma amplificação na produtividade do trabalho, mas também ao próprio fim do trabalho (Schaff, 1993: 22). Schaff busca através de um exercício, muitas vezes de futurologia (que o próprio autor admite), afirmar que o trabalho desaparecerá.

O autor, como não poderia deixar de ser, ao admitir o fim do trabalho (ao menos no sentido que conhecemos), acaba por negar também a própria existência das classes sociais (também no sentido que conhecemos), em uma sociedade futura não muito distante. Apesar disso, deixa em aberto se a classe capitalista desaparecerá, atribuindo à “natureza e ritmo da mudança social” que se operará no futuro, o destino da classe burguesa (Schaff, 1993: 44).

O que fica patente na análise de Schaff, é a eternidade do capitalismo, que na chamada “sociedade informática”, teria mantida a propriedade privada, apenas com “uma mudança de status da mesma” (Schaff, 1993: 44). No lugar antes ocupado pelas classes sociais se formarão estratos com a predominância da intelectualidade. Assim, Schaff acaba por refutar a idéia de que as relações de propriedade teriam uma função primordial no processo de regulação da produção, atribuindo-as um papel tão insignificante que conduziria à situação de a informática tomar o papel da propriedade. Disto conclui-se, que a luta pela propriedade dos meios de produção não teria mais sentido<sup>6</sup>.

Da mesma forma que Schaff, André Gorz<sup>7</sup> deixa clara a sua posição frente ao futuro da classe trabalhadora, estando esta perdida em meio às transformações trazidas pelo capitalismo moderno. A revolução microeletrônica estaria inaugurando a era da abolição do trabalho, que para o autor seria portadora de um duplo sentido: a) a quantidade de trabalho decresceria até tornar-se marginal; b) o trabalho atual não implicaria mais em uma ação exercida de forma direta entre o trabalhador e a matéria (Gorz, 1983: 73).

O desaparecimento da soberania do trabalho acabaria por destruir o que Gorz chama de “fundamento duplo do socialismo científico”, que seria, em primeiro lugar, a condução do processo revolucionário pela classe majoritária (proletariado); e em segundo lugar, a existência de uma contradição entre, por um lado, a soberania do trabalho operário e de suas relações de trabalho, e, de outro, a constante negação da soberania operária pelo capital (Gorz, 1987: 85-86).

Desta forma, para Gorz (1987: 86), o trabalhador operário não deveria mais lutar pela tomada do poder, pois o trabalho não seria mais fonte de poder, bem como teria deixado de ser um atributo exclusivo do trabalhador, ou seja, este estaria exercendo uma atividade passiva, sem ser o agente fundamental no processo de produção. O trabalhador estaria subordinado ao trabalho e não o inverso, sendo o trabalho uma atividade que tenderia a acontecer fora do domínio dos trabalhadores.

Com a decadência da classe trabalhadora, é posta em xeque sua atribuição de agentes criadores de riqueza, bem como seu papel histórico de classe revolucionária, surgindo desta decadência, o que Gorz chama de “não-classe de não-trabalhadores”, que seria composta por todos indivíduos que estivessem à margem do moderno processo produtivo. Este grupo estaria em confronto com o que Gorz chama de “minoridade privilegiada”, que seria a classe operária inserida no mercado de trabalho. Para Gorz (1987: 89), a maioria da população pertenceria a

---

<sup>6</sup> Contraindo a posição de Schaff, Wimmer nega que a propriedade esteja perdendo o seu sentido no modo de produção capitalista: *A velha teoria, segundo a qual a importância da propriedade está diminuindo, é refutada pelo próprio desenvolvimento da ciência e da técnica a que essa mesma teoria se refere* (Wimmer, 1987: 45).

<sup>7</sup> No Brasil, Braga afirma que posições próximas as de Gorz, sobre a problemática da crise do trabalho podem ser encontradas nos textos e pronunciamentos do político Tarso Genro. Para Braga (1998: 31), a discussão sobre o desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente crise do trabalho encontrariam em Gorz o debate original, enquanto em Genro, a discussão seria apresentada em versão vulgarizada.

este “neo-proletariado pós-industrial”, que se encontra sempre sujeito a exercer uma atividade inferior à sua capacidade, e sempre prestes a retornar à condição de desempregado. Disto conclui-se que Gorz passa a observar no proletariado tradicional, uma classe inserida no sistema<sup>8</sup>, enquanto que o chamado neo-proletariado pós-industrial estaria sujeito a algum tipo de ação transformadora<sup>9</sup>.

O chamado neo-proletariado pós-industrial, não estando plenamente ajustado na sociedade capitalista, não teria nada a esperar do futuro, e por isso mesmo, poderia a qualquer momento, até mesmo romper com o sistema vigente, possibilitando a criação do que o autor chama de uma “não sociedade”, em que a idéia de soberania individual (tão presente no pensamento liberal) é retomada.

Antunes (1995: 90) chama a atenção, com muita precisão, para o fato de ser este um dos grandes erros de Gorz, no sentido de não reconhecer jamais o papel revolucionário do proletariado tradicional, como se a “integração ao capital” fosse irreversível, o que só poderia ser contraposto, com a superação do capital pela ação organizada e aglutinadora da classe trabalhadora. A esta crítica pode-se acrescentar outra, no sentido de que é difícil acreditar que uma classe (ou uma não-classe como o autor denomina), que se aproxima do “lumpensinato”, que não possui idéia de conjunto da sociedade futura como lembra Gorz (1987: 94), estaria sujeita a todo tipo de influências de grupos de interesses, seja a força viva que transformaria a sociedade atual em uma sociedade de novo tipo, de tempo livre.

O trabalho seria para a maioria dos trabalhadores, segundo Gorz, historicamente um desprazer, portando sempre um caráter de alienação, não só no modo de produção capitalista como em qualquer outra forma de organização econômica. Desta observação de Gorz, conclui-se que para o trabalhador é indiferente viver no capitalismo quanto no socialismo, ambos os modos de produção estariam sujeitos a reproduzir sua dependência e exploração no trabalho, independente de os meios de produção serem socializados ou privados. O que joga a classe trabalhadora em um total imobilismo, e que remete também a uma outra afirmação de Gorz contida tanto em *Adeus ao Proletariado* como em *Historia y Enajenación*, de que é falsa a concepção marxiana da existência de um papel histórico a ser desempenhado pelo proletariado e pela classe trabalhadora. O papel revolucionário, como já visto anteriormente, seria exercido somente pela não-classe de não-trabalhadores, assim denominada por Gorz.

## **Considerações finais: O trabalho hoje**

Com a chamada terceira revolução industrial, uma série de inovações tecnológicas são implantadas como o desenvolvimento da robótica, microeletrônica, automação, além de novas formas de gerenciamento, que fazem com que o perfil do mundo do trabalho modifique-se de forma acelerada nos países desenvolvidos, e também nos países do terceiro mundo, em especial, com o predomínio do setor de serviços sobre os demais.

Analisando-se os dados da OIT observa-se que ao invés de o trabalho estar diminuindo, conforme afirma a tese do fim da centralidade do trabalho, este encontra-se cada vez mais

---

<sup>8</sup>Para Castel, não seria verdadeira a tese do “aburguesamento” da classe operária: *As pesquisas desenvolvidas nos anos 50 e 60 confirmam a persistência de um particularismo operário e de uma consciência da subordinação operária próxima da que foi analisada anteriormente para o fim dos anos 30. Dependência quanto às condições de trabalho cujas modalidades mudaram relativamente pouco no que diz respeito à relação de subordinação, indissociavelmente técnica e social, que implicam e que se traduz sempre pelo sentimento dos operários de estarem situados “socialmente embaixo”* (Castel, 1998: 461-62).

<sup>9</sup> Em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, Gorz já chamava a atenção para a tendência de um certo tipo de aburguesamento do operariado tradicional: *A tendência dominante da grande indústria moderna não é mais a exploração máxima...; a tendência dominante (na qual existem numerosas exceções que representam o passado, não o futuro) é a “integração dos trabalhadores”* (Gorz, 1968: 57).

presente no mundo todo. O número de trabalhadores em plano mundial está aumentando a olhos vistos, a redução da jornada de trabalho, se é verdade que trazendo dados de 100 ou 200 anos são bastante significativos, o mesmo não se aplica ao final do século XX e início do século XXI, que de maneira geral, tem conhecido uma diminuição, mas não de todo expressiva.

Da mesma forma o volume de trabalho em horas tem mostrado um aumento expressivo em diversos países, ao contrário do que seria de se observar de uma sociedade em que o trabalho estivesse se tornando irrelevante. Segundo Husson (1999), o volume de trabalho em bilhões de horas nos EUA passou de 132 em 1960 para 247 em 1996, o mesmo ocorrendo no Japão no mesmo período, que de 107 em 1960 passou para 123 bilhões de horas em 1996, e no Grupo dos 6 (G6), o fenômeno se repete de 431 bilhões de horas em 1960, passou em 1996 para 530 bilhões de horas.

A produtividade do trabalho é outro aspecto decisivo para que possa ser observada uma tendência positiva de diminuição do trabalho no mundo. Ainda utilizando-se de trabalho elaborado por Husson (1999), ao analisar-se dados dos países capitalistas mais desenvolvidos, verifica-se não estar ocorrendo na atualidade uma aceleração do ritmo de crescimento da produtividade, mas, ao contrário, uma desaceleração. Tomando os dados da Europa, EUA e dos países do G6, verifica-se que a produtividade do trabalho teve o seguinte comportamento nos períodos 1960-1973 e 1983-1987: nos EUA, diminuiu de 2,6 para 0,8; no Japão, de 8,7 caiu para 3,0; na Europa, passa de 5,2 para 2,3 e, finalmente, os países do G6 sofreram uma diminuição de produtividade do trabalho de 4,7 para 1,8. Esses dados apontam para uma queda da produtividade do trabalho nas últimas décadas e, desta maneira, negam afirmações de que as inovações tecnológicas em curso estariam conduzindo a uma expansão brutal da produtividade do trabalho, e em consequência, estaria sendo utilizado cada vez menos trabalho por parte do capital para a produção de mercadorias e serviços. O que leva à conclusão de que a expansão das inovações tecnológicas não andaria no ritmo catastrofista que muitos imaginam. A imagem de uma sociedade em que a produção seja composta apenas por robôs, sem a participação da mão humana, como pode ser verificado, está ainda longe de saltar da ficção para a realidade.

O que se observa na realidade é que as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, ao contrário de diminuírem o esforço dos trabalhadores, está aumentando a precarização do trabalho em suas mais diversas formas, como trabalho terceirizado, de tempo parcial, temporário e informal. O que se conclui é que, no mundo todo, não está havendo uma diminuição do trabalho, mas uma precarização e, em consequência, um aumento da exploração do trabalho, o que mais o que justifica a luta pela tomada do poder pela classe trabalhadora.

Por fim, é importante ressaltar que, analisando-se os dados da OIT extraídos do *Panorama Labora*<sup>10</sup>, estes mostram que, ao contrário do que propugnam os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho, o que se está verificando é que não está ocorrendo o fim do trabalho ou da sua centralidade no capitalismo contemporâneo. O trabalho não se encontra prestes a ser extinto, manifestando-se ainda central na atualidade, posto que o capital não conseguiu prescindir do trabalho. Mesmo que o capital busque livrar-se do trabalho, com o desenvolvimento de uma série de inovações tecnológicas, ainda necessita nutrir-se da sua exploração. Foi a este fenômeno que Marx chamou de “contradição em processo”: os capitalistas procuram livrar-se do trabalho vivo, mas na verdade, o que ocorre é a ampliação da exploração do trabalho em níveis cada vez maiores.

---

<sup>10</sup> Uma análise mais aprofundada dos dados aqui extraídos da OIT além de dados de outras fontes encontra-se em Prieb (2005).

## Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- BRAGA, Ruy. “Velhas Ideologias para a ‘Nova Esquerda’. Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo”. In: *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, n.2, 1998.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social - uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FERREIRA, Cândido G. et alii. *Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro*. Cadernos do CESIT, n. 4. Campinas: CESIT, 1991.
- GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- GORZ, André. *Historia y enajenación*. 5. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GORZ, André. *Les chemins du paradis - l’agonie du capital*. Paris: Editions Galilée, 1983.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado - para além do socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- HUSSON, Michel. “Fim do trabalho ou redução de sua duração?”. In: *Revista Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 5, 1999.
- INTERNACIONAL LABOUR OFFICE (ILO), *Yearbook of labour statistics – 1984*. Geneva. 1985.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO), *Yearbook of labour statistics – 2000*. Geneva. 2001.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna – novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política; grundrisse - Vol. 2*. 11. ed. México: Siglo Veintiuno, 1987.
- PIORE, Michael e SABEL, Charles F. *The second industrial divide – possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- PRIEB, Sérgio A. M. *O trabalho à beira do abismo – uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- REICH, Robert. *O trabalho das nações - preparando-nos para o capitalismo do século 21*. São Paulo: Educator, 1994.
- SCHAFF, Adam. *A sociedade informática - as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- VOZ DA UNIDADE – Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro, São Paulo, n. 505, 01.09.1990, p. 15-17.
- WIMMER, Ernst. “O trabalho do futuro e o futuro do trabalho”. In: *Problemas da Paz e do Socialismo – Revista Internacional*, São Paulo, ano VI, n.3, 1987.